

Capítulo 2 – O mundo rural e os novos desafios

O desvio da população da agricultura para os serviços e especialmente para fora do concelho, aliado a factores como a alfabetização, que desmotivou a população para o desempenho de funções que são duras, difíceis e pouco interessantes do ponto de vista económico e de satisfação pessoal, tudo isto somado às novas características da agricultura portuguesa integrada na PAC criou um quadro do mundo rural que se afasta dos parâmetros que regeram estas comunidades ao longo de séculos. Se bem que os temas que afligem o Alentejo no tempo presente possam ser encontrados na literatura científica do passado, exposta na primeira parte deste trabalho, desde os baixos índices de produção à desertificação humana da região e respectiva necessidade de atrair mão-de-obra, passando pela falta de associativismo dos agricultores, etc., nada disto preparou as populações rurais para o panorama de total desincentivo da actividade agrícola e abandono dos campos que se tornou a realidade da região no presente. A discussão sobre as causas desta situação que atinge diversas e vastas regiões europeias, e mesmo algumas de outros continentes, e as propostas para a sua solução estão na ordem de trabalhos de numerosos congressos e debates na área da Sociologia Rural¹ e em publicações recentes como por exemplo a obra *Portugal Chão*².

No caso de Avis estes problemas assumem características particularmente graves que têm origens profundas, em parte já descritas atrás. Desde sempre que se verificou nos meios rurais uma tendência para a emigração, especialmente, no caso do Alentejo, para as áreas urbanas de Lisboa e arredores. Isto deve-se à procura de condições de vida mais favoráveis e ao próprio ensino, que teve o efeito perverso de afastar as populações da actividade agrícola, criando os tais “aspirantes a pequenos burgueses” de que falava Basílio Teles. Mas este “problema” não afectava apenas os filhos dos trabalhadores rurais ou dos artesãos, que geralmente não podiam aspirar a mais que uma “colocação” num serviço de baixa exigência do ponto de visto académico. Entre as elites o problema também se punha: muito raros eram os seus descendentes que depois de terem atingido um grau académico médio ou superior podiam manter-se no concelho exercendo uma profissão compatível com as suas habilitações.

¹ Como por exemplo o *XXth Congress of the European Society for Rural Sociology – Work, Leisure and Development in Rural Europe Today*, realizado em Sligo, Irlanda, Agosto de 2003 e o *1º Congresso de Estudos Rurais*, em Vila Real, Setembro de 2001. Além de colóquios locais, como os dois que se realizaram em Avis sob os temas *História e Património do Concelho de Avis* e *Património Histórico, Biológico e Ecológico do Concelho de Avis. Evolução*, em Março e Novembro de 2003, respectivamente.

² José Portela e João Castro Caldas (orgs.) – *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, 2003.

Durante grande parte do século XX a população do concelho não sustentou mais que um advogado, um ou dois médicos, um farmacêutico e alguns veterinários. A câmara e a estação dos correios na vila de Avis e as escolas nas diversas freguesias empregavam mais umas quantas senhoras que tinham completado o ensino secundário e algum curso técnico. E de resto quem tinha estudado e precisava de trabalhar tinha de ir para fora, pois em geral as casas agrícolas não sustentavam todos os seus filhos com o nível de vida adequado ao grupo em que estavam integrados. Por outro lado, quando se formou o colégio nos anos 50 foi necessário importar grande parte dos professores.

O panorama mantém-se: quem nasce em Avis (e cada vez nascem menos) geralmente emigra e grande parte dos novos profissionais do ensino e dos serviços, desde os médicos aos bancários, passando pelos técnicos da câmara municipal, portanto todos os que no passado possuíam grande prestígio local, não são naturais do concelho. Deixaram de ser as famílias da elite local a produzi-los. Estas pessoas de fora voltam “a casa” nos fins-de-semana e alguns não chegam sequer a criar laços sociais e muito menos familiares com a população residente, o que tem consequências negativas na vida social local, a qual simplesmente deixou de existir. Estes factores acumulados contribuem para que o Alentejo em geral e Avis em particular não consiga “manter positivo o saldo fisiológico anual” e a população permanente se encontre extremamente envelhecida: a sua pirâmide de idades apresenta uma base muito reduzida e a maior parte da população é constituída por mulheres com mais de 60 anos³. Todo este cenário foi agravado pelo simples facto da escolaridade obrigatória ter, felizmente, aumentado o nível de exigência dos jovens. Quem completa o 9º ano ainda pensa em tirar a carta de tractorista ou montar uma oficina de mecânico em complementaridade com o trabalho agrícola, mas quem acaba o ensino secundário (12º ano) ou avança para uma licenciatura nem quer ouvir falar em trabalhar na agricultura, e está muito mais interessado em experimentar a variedade de ofertas que os meios urbanos lhe proporcionam⁴. Este é um

³ A. Oliveira Neves e Paulo Pedroso – *Emprego, Formação e Desenvolvimento na Região do Alentejo*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 1997, p. 17 e Manuel Pisco – *Alguns Aspectos da Evolução Demográfica Portuguesa no Período 1981/1991*, 2º vol., “Distritos e Concelhos”, MEPAT, Lisboa, 1993, p. 207. Também no Couço, segundo a descrição de Paula Godinho, “A Política Agrícola Comum, definida pela União Europeia e posta em prática em Portugal, conseguiu pôr de acordo – salvaguardadas as devidas distâncias – trabalhadores rurais e proprietários. Para aqueles, o emprego, depois do período de plenitude atingido em meados da década de 1970 com a Reforma Agrária, diminuiu drasticamente, conduzindo-os a migrações semanais, que fazem do Couço uma povoação de cabelos grisalhos durante cinco dias, rejuvenescida aos fins-de-semana”, *op. cit.*, p. 79.

⁴ Filomena Mónica encontrou uma situação semelhante no Barreiro em 1991: “Por fora ficam iguais ao filho do patrão. Estas tendências democráticas não são apenas, é justo dizê-lo, fruto da Revolução de 1974. Nos finais da década de 1960, a emigração, o boom salarial, o prolongamento da escolaridade, a televisão, a música ‘pop’ e até as mensagens publicitárias minaram o país austero do dr. Salazar. Embora, num primeiro momento após o 25 de Abril, peso da carga ideológica possa ter atrasado o processo modernizador em comunidades como esta, o certo é que, nos últimos anos, as mudanças se

dos temas de maior discussão entre as pessoas do concelho, pois as opiniões das próprias dividem-se entre a alegria por os filhos terem estudado e conseguido uma vida melhor e a tristeza por assistirem à sua partida para longe⁵. A mesma ambiguidade se encontra no tema do despovoamento dos campos: as vilas que se transformaram em lares de terceira idade e os montes que estão abandonados, em contraste com um passado de muito trabalho nos campos, um tempo de grandes alegrias, mas também de grandes misérias que não se desejam a ninguém. Não há quem não lamente o estado de abandono das terras e não lembre com saudade, por exemplo, a beleza dos olivais bem podados e limpos, com as covas bem feitas. Porém, não só manter um olival é já muito pouco interessante para o proprietário (em alguns casos há até subsídios para os abater, além de que apanhar a azeitona por vezes nem compensa os custos⁶), como nenhum trabalhador rural deseja tão duro trabalho para o seu filho, nem o quer realizar ele próprio se para tal é contactado.

“– A sua filha foi viver para fora?

Caetano – Pois.

– E a outra tem um emprego?

Caetano – Tem ali a sapataria.

– E os seus netos então já estudaram mais?

Caetano – Já, então eles *andem* a estudar. Lá em baixo têm o 9º ano. As duas da minha filha *andem* aqui no colégio.

– Então acha que foi melhorando a vida delas?

Caetano – Pois, então ao pé das mães, elas já são milionárias”.

Apesar de “milionárias”, as gerações mais novas, descendentes dos trabalhadores rurais, enfrentam problemas graves se pretendem viver no local onde nasceram:

“– Mas o que é que uma pessoa da idade deles pode fazer aqui em Benavila?

Alzira Bonito – Nada. Não há resposta. Por exemplo há uma escola profissional que os prepara nos cursos que lá dão. Mas depois a saída para emprego? Aqui não há.

– Mas a sua filha com o curso de contabilidade terá possibilidade de voltar para cá?

Alzira Bonito – Aqui não. Não há aqui empresas, não há aqui indústrias...”

“– Os jovens não parecem muito interessados na agricultura...”

aceleraram...”. E no Algarve: “as divisas libertaram-nos da miséria ancestral (...) os filhos e os netos dos antigos camponeses já não têm de obedecer ao tiranete local, já não têm de beber por púcaros de barro, já não têm de dormir todos na mesma cama. Numa palavra, fazem o que lhes apetece”, *Turista à Força*, Quetzal Editores, Lisboa, 1996, pp. 33, 177.

⁵ Também na Beira José Manuel Sobral encontrou o mesmo tipo de inquietação: “Hoje, em contrapartida, a vida é muito melhor. Já não há fome, na opinião local, podem-se comer várias sardinhas e não dividir uma por toda a família. Todos andam calçados. (...) Mas também hoje se ‘estraga’, há droga, não se trabalha como antigamente, nem há a alegria do passado”, “Memória e identidade sociais...”, *op. cit.*, p. 310.

⁶ “O azeite sofre a concorrência de óleos muito mais baratos, o que tem como consequência um regime artificial de subsídios e limitações de produção”, Mariano Feio – “O Clima do Alentejo, as Potencialidades para a Agricultura e a Grande Propriedade”, *Economia e Sociologia*, nº 45/46, Évora, 1988, p. 13.

Bartolomeu – Mas se houvesse uma modernização das explorações agrícolas, se calhar poderia haver uma sensibilidade maior por parte dos jovens para trabalhar na agricultura. Não se compreende como é que se dá formação em agricultura aos jovens e depois não se procure que as estruturas agrícolas estejam em condição de receber esses jovens que receberam formação”⁷.

Nada disto é novidade no meio rural⁸. A falta de oportunidades e o desemprego são problemas que afectam as populações das regiões do interior em geral e do Alentejo em particular⁹. Em 1991 o desemprego atingiu os 10,2% na região, destacando-se o desemprego feminino que atingiu os 18,8%, enquanto o masculino ficou em 5,2%¹⁰. Em Avis estes dados aproximaram-se da média da região: 9,5%, com 16,6% para as mulheres e 4,8% para os homens, enquanto que os valores do Alto Alentejo foram consideravelmente mais baixos: 7,8%, com 14,5% para as mulheres e 3,9% para os homens¹¹. Esta disparidade de género conjuga-se com a tradicional precaridade do emprego feminino na região e agrava a actual situação de dependência em relação ao Estado. Esconde também a realidade muito comum do emprego clandestino enquanto se está a receber o subsídio de desemprego ou o trabalho que se realiza durante alguns meses para se ter direito de novo ao mesmo subsídio, ou mesmo o trabalho compulsivo que os serviços da segurança social atribuem a quem está inscrito nas suas listas. Estar “no desemprego” tornou-se, actualmente, o modo de vida de grande parte da população feminina do interior do país, situação que Vale de Almeida classifica de emburguesamento, por assim a mulher aceder ao estatuto de dona-de-casa¹². Face à evolução verificada ao longo do século XX, podemos dizer que a mulher alentejana descreveu um percurso circular, voltando à situação de *doméstica*¹³. A diferença é que actualmente tem uma

⁷ Entrevista citada ao antigo presidente da câmara de Avis.

⁸ Estes são, aliás, os problemas clássicos das “Regiões Agrícolas Atrasadas” na Europa, expostos por Elisa Ferreira Taveira e António Taveira da Silva e que condizem com os problemas estruturais do Alentejo: 1. Baixa produtividade agrícola e ocorrência de economias de subsistência de base agrícola; 2. Elevadas taxas de sub-emprego agrícola ou mesmo desemprego; 3. Baixa qualidade ou mesmo insuficiência de infraestruturas em educação, habitação e saúde; 4. Insuficiência de consumo, atingindo por vezes bens essenciais; 5. Carência de infraestruturas básicas, sobretudo nos sectores dos transportes e comunicações, abastecimento de água e electricidade, etc.; 6. Elevadas taxas de emigração, *Contribuições para a Definição de uma Política Regional para Portugal*, Ministério da Administração Interna, Secretariado Técnico para a Regionalização, Lisboa, 1982, p. 28.

⁹ “No meio rural, os problemas relacionados com a desertificação humana, o declínio das actividades tradicionais e a incapacidade de retenção das populações são uma realidade preocupante...”, João Manuel Batista Barreta – “Comércio a retalho em espaço rural”, *Análise Social*, vol. XXXVII (164), 2002, p. 881.

¹⁰ No Alentejo em 1991 havia 6.921 pessoas a receber o subsídio de desemprego, dos quais 2.734 homens e 4.187 mulheres, o que dá uma proporção de 60% de mulheres para 40% de homens, *Recenseamento Geral da População*, INE, Lisboa, 1991.

¹¹ *Ibidem* e A. Oliveira Neves e Paulo Pedroso – *op. cit.*, pp. 49-51. Estes autores salientam que 40% da população desempregada não tem mais que o ensino básico primário e 9% são analfabetos.

¹² Vale de Almeida – *op. cit.*, p. 47.

¹³ Louise Tilly e Joan Scott descreveram um percurso em forma de U para as mulheres em França e Inglaterra: as mulheres destes países voltaram a trabalhar fora de casa quando se deu a explosão do sector terciário, voltando à “Family wage economy”, o que pode aplicar-se às portuguesas em meio urbano; no entanto as mulheres portuguesas em meio rural

independência da família e do marido que não tinha no início do século, pois passou a ter um rendimento garantido pelo Estado. E quando realmente sai para trabalhar tem outros apoios sociais para a família, como os infantários e o apoio à terceira idade, serviços que no caso de Avis são fornecidos pela Misericórdia local.

“– Mas as mulheres de cá não querem trabalhar, ou não há trabalho?

Cravidão – Não querem! Se nós formos aqui falar a uma mulher para a agricultura, elas até nos insultam. Elas não querem trabalhar na agricultura! Mas, no entanto, estão no desemprego, e estão a trabalhar na fábrica dos congelados. Vêm os brócolos de Espanha para serem congelados aqui e voltam outra vez não sei para onde.

– Mas então não produzem os brócolos aqui?

Cravidão – Não, ninguém produz aqui nada. E as mulheres estão a trabalhar ali na fábrica por conta do desemprego. Essas mulheres vão trabalhar para a fábrica e eu acho que a fábrica apenas lhes paga o subsídio de almoço. Quando se diz que há desemprego aqui no Alentejo, isso é uma conversa. Há desemprego, sim, mas nas mulheres. Porque o trabalho agrícola é um trabalho sazonal. Há muito trabalho na azeitona e no tomate, mas naqueles intervalos não há trabalho. Então elas inscrevem-se no desemprego. E como o desemprego é para 6 meses, na próxima campanha de qualquer coisa elas não vão porque estão inscritas no desemprego”.

“CSLS – Dizem que estão no desemprego. Eu até costumo dizer: “Bom, quem põe um alentejano a trabalhar arranja um inimigo! Não ponhas um alentejano a trabalhar!” Tem uma certa razão de ser, porque quando eles estão no desemprego, eles não ganham o ordenado todo, mas acabam por arranjar ali quase o mesmo sem trabalharem nada. E às vezes fazem uns ganchitos cá por fora”.

“– Então o facto de ir estudar afasta as pessoas do campo?

Francisco Nunes – Ainda hoje se diz, a minha geração diz: o meu filho não vai ser aquilo que eu fui ou sofrer aquilo que eu sofri. E então o pai foi escravo do filho para o mandar estudar. E toda a gente estuda e depois de fazer o (antigo) 5º ano ninguém quer trabalhar no campo. O facto é que a gente não vê ninguém novo a trabalhar no campo. É a grande diferença deste país por exemplo da Austrália: quem trabalha no campo e quem aparece com a roupa suja são os tipos do dinheiro, são os gajos que fazem dinheiro. O bancário não ganha quase nada ao pé deles. São países que têm estruturas e mentalidades diferentes.

– Acha que cá isso é possível?

Francisco Nunes – Vai ser assim, é obrigatório, a pessoa estudou e chegou à posição que gosta, tem cultura, tem conhecimento, não é nenhum ignorante, e isso é fundamental para se ser um bom técnico agrícola. Porque vai ser pago, vai ganhar bem para isso.

– Mas isso ainda não acontece?

Francisco Nunes – Não, mas tem de acontecer, ele tem de passar a olhar para o campo de outra maneira. Tem de ter prazer em molhar-se e sujar as botas. (...) Tem de morrer esta gente toda, os velhos, os já da minha idade, é verdade, e depois os novos é que aparecem.

– Mas já há novos com iniciativa?

Francisco Nunes – Tem de haver. As pessoas têm de arregaçar as mangas e dizer: eu estive na faculdade e hoje estou aqui com umas botas de borracha e com uma capa a apanhar chuva,

voltaram a trabalhar sobretudo em casa, num sistema de “Family consumer economy”, ver *Women, Work, and family*, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1978, p. 229.

mas eu estou aqui. E esse indivíduo não tem complexos de estar sentado em qualquer lado com uma pessoa que estudou. A grande barreira que nós temos, e eu acompanhei essa transição, é: o campo outrora só foi criado para os analfabetos. A pessoa que trabalhasse no campo já sabia que estava identificada com o trabalhador rural burro”.

“Eng. Barrocas Dordio – Isto é um ciclo vicioso. Se a agricultura não dá dinheiro, se a agricultura é uma actividade que nem sequer dignifica quem cá está... É mais digno possuir a terra do que trabalhar na terra. Essa é a grande diferença relativamente aos países novos. Vai à Austrália e é tão digno o indivíduo que trabalha na agricultura como o que dá aulas na universidade.

– Mas se calhar também ganha melhor...

Eng. Barrocas Dordio – Mas é isso, é que depois também têm a remuneração desse mesmo trabalho, e cá não. Por isso o grande desinteresse hoje ao nível da agricultura...”.

As comparações com os países “civilizados” do norte da Europa ou com a Austrália são frequentes, onde o agricultor é um profissional bem pago, instruído e orgulhoso do seu trabalho. Em Portugal, por mais que se tente valorizar a profissão, todos se lamentam da falta de dignidade que é atribuída ao trabalho do campo, o que inevitavelmente afasta qualquer pretendente, sobretudo quando continuam as disparidades com as outras profissões, tanto ao nível das remunerações do salário e dos rendimentos obtidos, como no que diz respeito ao prestígio social que a agricultura definitivamente nunca conferiu em Portugal. Essa é uma das razões porque há trabalhos nas zonas mais rurais do concelho que “ninguém quer fazer” e que recentemente têm sido realizadas por pessoas da etnia cigana e por emigrantes de países de leste. Estes últimos constituem a nova mão-de-obra barata e disponível que voltou a exercer funções há muito abandonadas pelos trabalhadores rurais da região, como por exemplo o trabalho de “caseiro” que dá direito à utilização de uma casa como parte do salário, algo que há muito nenhum alentejano aceita, desde que conseguiu “casa própria”.

A falta de jovens interessados no trabalho agrícola e a necessidade de especialização em algumas tarefas que já ninguém lhes ensina faz com que em Avis não se encontre mão-de-obra disponível para algumas das tarefas que deveriam ser a especialidade da zona:

“F. V. Couceiro – Eram os ranchos das Galveias que vinham fazer as limpezas, porque aqui em Valongo incompreensivelmente ainda hoje não há ninguém para trabalhar na floresta. Valongo está cercado de sobreiros. A parte norte de Valongo é das partes mais importantes de sobreiros aqui da zona e não há ninguém em Valongo que tire cortiça hoje em dia. E de limpeza é a mesma coisa.

– Mas porquê, não querem? É um trabalho mais difícil do que os outros?

F. V. Couceiro – Não. É mais especializado, mas também é mais bem pago. É como o corte de eucaliptos. É um trabalho também especializado, que se faz de empreitada hoje em dia, e

em Valongo não há nenhuma pessoa que se dedique a isso. E chegam a ganhar um casal 25 contos por dia. E mesmo assim ninguém quer.

– Então têm de mandar vir gente de fora?

F. V. Couceiro – Vem gente de fora, principalmente da zona da Ponte de Sor. Está tudo no desemprego, os que não estão no desemprego trabalham para as câmaras, e na agricultura não querem trabalhar”.

Entre reformados e desempregados, os poucos que trabalham dedicam-se ao comércio e aos serviços sociais e pessoais prestados à colectividade, sectores que registam no Alentejo índices de evolução “bastante significativos” a nível do emprego. Oliveira Neves e Paulo Pedroso detectaram no Alentejo o aumento do número de estabelecimentos empresariais nas seguintes áreas: indústrias extractivas; construção civil; bancos, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas; comércio por grosso, a retalho, restaurantes e hotéis (aproveitando as potencialidades turísticas)¹⁴. Em Avis explodiram nos anos 80 os cafés, as pastelarias e os restaurantes e as lojas de utilidades e alimentação. Quase sem excepção, os emigrantes que voltaram à terra depois de uma vida de trabalho no estrangeiro construíram uma casa e abriram uma loja de produtos alimentares¹⁵, os chamados “supermercados”, mas com dimensões muito diminutas, onde são vendidos sem excepção produtos de fora da região e que estão limitados pelos factores descritos por Batista Barreta no seu estudo sobre o comércio a retalho numa freguesia do concelho de Marvão:

- a) envelhecimento da população associado ao decréscimo populacional;
- b) concorrência exercida pelas grandes e médias superfícies comerciais, favorecida por uma maior mobilidade das populações e pela disponibilização, por parte das grandes superfícies, de transporte gratuito periódico, assim como a concorrência dos vendedores ambulantes e pelas feiras semanais ou mensais;
- c) obsolescência e desajustamento das condições da oferta face aos novos padrões e solicitações do consumidor, sendo usual, na maioria das situações, depararmos com lojas que criam a clara e estranha sensação de “terem parado no tempo”¹⁶.

No final de 2003 foi inaugurado em Avis um supermercado de uma cadeia internacional que constituirá certamente um perigo para a maioria destes pequenos estabelecimentos, pois tem a possibilidade de praticar preços muito mais baixos. Entretanto os cafés e as novas pastelarias e restaurantes adquiriram as características de “ruralidade virtual” magnificamente descritas por Miguel Vale de Almeida, adoptando nomes ligados às

¹⁴ A. Oliveira Neves e Paulo Pedroso – *op. cit.*, pp. 45, 47.

¹⁵ Também em Baleizão estes “novos-ricos” distinguem-se “pelo seu maior poder de compra, mesmo de parcelas de terra, melhor habitação e desempenham já um papel importante no comércio local”, Carlos Alberto Oliveira e Maria Leonor Pereira – *op. cit.*, p. 97. Ver Carminda Cavaco – *Comércio retalhista em espaço rural. Principais tendências*, Finisterra, Lisboa, 1999.

¹⁶ João Manuel Batista Barreta – *op. cit.*, p. 883.

actividades tradicionais da região, sobretudo à caça, ou remetendo aos antigos locais de convívio dos grupos mais populares. Assim, em 2002 havia na vila de Avis seis restaurantes, mais dois na freguesia do Alcórrego, dois em Benavila e um no Ervedal, com nomes que variam entre “Retiro do Caçador”, “Tasca...”, “Taberna...”, ou “Mestre de Avis”, não esquecendo a referência histórica. Todos fazem questão de servir cozinha regional popular, geralmente adulterada com ingredientes “modernos” que nada têm a ver com a região. Aparentemente estes empresários não compreendem que apresentar pacotes de manteiga e de pastas de sardinha é uma incongruência no local de origem do azeite e da banha de porco. E as respectivas decorações não passam de cacofonias “de uma etnografia espontânea da acumulação e da colecção”¹⁷.

Quanto às indústrias, em 2001 havia seis unidades instaladas no concelho: as duas fábricas de transformação de tomate e de lacticínios existentes desde o início da década de 70, uma de plásticos, duas de confecções e outra de “agro-indústria”: de congelamento de legumes. Em 2003 apenas a de lacticínios e a de congelados se encontravam ainda em laboração, mas esta última com perspectivas de encerramento por falta de mão-de-obra. Segundo fontes orais, a fábrica está preparada para laborar 24 horas por dia e não consegue encontrar trabalhadores para o turno da noite, o que a impede de rentabilizar em pleno o investimento.

Outras actividades estão a ser potenciadas, como é o caso da criação de unidades hoteleiras na vila de Avis, mas este é um fenómeno recente e de dimensões muito reduzidas que ainda não permite a apresentação de resultados concretos. Não se verificou no concelho qualquer tentativa de incentivar a produção de, por exemplo, queijos, enchidos, ou mesmo peças de artesanato em cortiça. Nem se valorizou a produção local de azeite (produzido no lagar, mas com uma comercialização deficiente) e vinho (actualmente limitada à Fundação Abreu Callado), ou mesmo a criação de unidades museológicas ligadas às actividades agrícolas ou às indústrias tradicionais (como os lagares ou a construção de alfaias). Por isso não encontramos em Avis o “desenvolvimento económico e social considerável” que se deu por exemplo em Reguegos de Monsaraz, onde foram criadas unidades produtivas ligadas à

¹⁷ Miguel Vale de Almeida – “Do rural real ao rural virtual: o café da aldeia como ilustração”, in Joaquim Pais de Brito e Oliveira Baptista (coords.) – *op. cit.*, p. 506.

olaria e à produção vitivinícola que se tornaram criadoras de emprego e geraram um “círculo virtuoso de desenvolvimento local”¹⁸.

2.1 – Percursos das antigas elites: o reinício da actividade agrícola

Quando receberam as suas reservas, os agricultores de Avis depararam-se com circunstâncias muito diferentes das que tinham conhecido até 1974. O ambiente social permaneceu hostil por muitos anos ainda. E não só a hostilidade se manifestava reciprocamente entre o grupo dos proprietários e rendeiros e o dos trabalhadores (nem os primeiros queriam contratar os segundos que os tinham ocupado¹⁹, nem estes queriam trabalhar para os primeiros), como toda a actividade agrícola apresentou dificuldades novas com as quais foi e continua a ser muito difícil lidar. Pelo menos não encontrei um único agricultor que não se queixasse amargamente...

Depois de terem passado o período das ocupações inactivos, no caso dos proprietários e rendeiros mais velhos, ou a seguir percursos sócio-profissionais alternativos à agricultura (e já não complementares como era normal até então), alguns proprietários simplesmente desistiram e venderam as suas terras, por norma aos antigos rendeiros. Mas estes casos constituíram a excepção. Tal como antes, pelo menos um membro de cada uma das antigas famílias da elite fundiária de Avis voltou a dedicar-se a tempo inteiro à agricultura, abandonando a sua carreira profissional ou acumulando-a com a gestão do património familiar, nos casos em que isso foi possível. Alguns proprietários contrataram gestores agrícolas, licenciados em Agronomia ou afins, para exercerem as funções mais especializadas que as novas empresas exigem no quadro de uma economia de mercado que compete a nível mundial; além de, no âmbito das novas exigências fiscais e financeiras, terem sido obrigados a empregar os serviços de contabilistas ou entregar essas funções a empresas exteriores.

Para estes agricultores descapitalizados e a anos-luz de receber as indemnizações que lhes tinham sido prometidas, o reinício da actividade foi um doloroso processo que implicou investimentos massivos em infraestruturas e equipamentos que lhes tinham sido devolvidos em avançado estado de degradação. Não podemos esquecer que em meados dos anos 80 as

¹⁸ Célia Quintas – “O Mito da Interioridade-Desenvolvimento Local no Alentejo”, *IV Congresso de Sociologia*, Associação Portuguesa de Sociologia, Coimbra, 17-19 Abril, 2000.

próprias UCP já não tinham meios para manter as explorações agrícolas sob sua administração com a qualidade necessária, pois estavam assoberbadas de encargos extraordinários com a mão-de-obra e com as dívidas que tinham contraído. E se as UCP precisaram do crédito agrícola de emergência para fazer face aos salários que pagavam, os proprietários, incluindo a Fundação Abreu Callado, também tiveram de recorrer a esse dispositivo, neste caso para reinvestir em máquinas, instalações, gado, sementes, enfim, as necessidades mais básicas de uma actividade que pretendiam tornar duradoira. Esses processos foram tratados nas Cooperativas Agrícolas de Avis e do Ervedal (instituições que também recorreram ao crédito), das quais os agricultores eram sócios antes da Reforma Agrária e continuaram a ser depois.

“– Depois das entregas, foi difícil reactivar a lavoura?

Dr. Pedro de Carvalho – A parte agrícola estava bastante degradada. Eles exploraram mais intensamente do que deviam. Com a exploração intensiva deram cabo de tudo. Não sabiam nada de gestão técnica.

– E o gado?

Dr. Pedro de Carvalho – O gado foi maltratado. À medida que eles iam tendo dificuldades iam vendendo o gado.

– Então quando foi desocupado não tinha as cabeças todas que tinha de início?

Dr. Pedro de Carvalho – Não, não tinha. As cabeças, eu ainda apanhei um bocadinho. Eu tinha 900 cabeças de ovelhas. Quando foi a primeira devolução eu tinha direito a 225 e recebi-as. Quando foram as outras devoluções já não recebi nada”.

“Idalina Varela Pina – As máquinas estavam estragadas, tiveram 4 anos de uso, não é? E tratado por eles, que não eram os donos. Tive de repor tudo outra vez (...) Sim, tivemos de ir para o Crédito de Emergência. Porque as alfaias estavam velhas. E esse crédito serviu para comprar alfaias novas”.

“LMGC – Não havia animais, o que havia estava tudo estropiado, máquinas destruídas, em estado de sucata, sem possibilidade de arranjo.

– Foi necessário recorrer ao Crédito Agrícola de Emergência?

LMGC – Exactamente. Estávamos descapitalizados, cá em casa não havia um tostão, foi necessário recorrer à banca”.

“– E as máquinas agrícolas?

Dr. José de Carvalho – Completamente gastas. Quatro anos chegam para escavacar um tractor. Tive de comprar tudo novo.

– E o gado?

Dr. José de Carvalho – O gado era metade do que eu cá tinha deixado, porque eles venderam a outra metade, para fazer dinheiro. E tudo o que é montes, instalações agrícolas e armazéns fui eu a pagar.

¹⁹ “Idalina Varela Pina – E os trabalhadores que nós despedimos: nós tínhamos o direito a despedir os trabalhadores que não queríamos cá; ficámos só com aqueles que queríamos. Quando tomámos conta disto não íamos ficar com aquele pessoal todo que nos tinha ocupado. E então ficámos só com os nossos antigos”, entrevista citada.

– Quando foi preciso reconstruir, também teve de recorrer ao crédito?

Dr. José de Carvalho – Recorri sim senhora. E foi a segunda Reforma Agrária. Porque eu recorri a um crédito, o Fundo de Melhoramentos Agrícolas. E eu fiz um empréstimo para comprar tractores, para comprar vacas, ovelhas, porque tinha tudo destruído. Havia um projecto elaborado pelos serviços oficiais do ministério da agricultura e esse projecto era aprovado ou não. E o ministério transferia o capital para o tal fundo. Enquanto o projecto se fazia (porque os serviços oficiais demoram meses, os técnicos só trabalham quando lhes apetece) mandavam-nos ao Crédito Agrícola de Emergência buscar o dinheiro, que depois seria transformado em Fundo de Melhoramentos Agrícolas. Mas esse fundo nunca mais foi transformado e o dinheiro que veio a 6% a 20 anos, acabei por pagar a 32,5% ao ano. De maneira que eu andei 10 anos a trabalhar para os bancos”.

Mas os problemas não se resumiram ao financiamento. A entrada de Portugal na CEE e a integração da agricultura portuguesa na PAC alteraram por completo o enquadramento económico da actividade agrícola em Portugal²⁰. De um proteccionismo com características de defesa do produto e do consumidor nacionais passou-se para um proteccionismo muito mais abrangente e cujos interesses não são especificamente os de Portugal ou dos portugueses, mas os das regiões mais desenvolvidas de uma Europa que se encontrava claramente noutra estágio a nível da produção agrícola, da colocação de produtos no mercado, da constituição de grupos de pressão, enfim, de todos os factores que Portugal definitivamente não dominava nos anos 80 (e que actualmente ainda tem muitas dificuldades em dominar). Só como exemplo podemos falar na produção de leite, que foi quase completamente abolida no concelho de Avis com a ajuda de subsídios para cessação desta actividade²¹. E adquirem alguma pertinência as palavras de José Manuel Casqueiro em 1979, mas que se podem aplicar aos anos seguintes:

“Enquanto no Mercado Comum aumenta a produção agrícola, em Portugal diminui”²².

Para os grandes proprietários a conjuntura pareceu favorável por alguns anos. O enquadramento político entre 1986 e 1996 foi “particularmente propício à convergência

²⁰ Oliveira Baptista escreveu que a adesão de Portugal à CEE “alterou substancialmente o referencial de apreciação do lugar da agricultura no sistema económico. Assim, passou-se a privilegiar a sua competitividade no quadro das agriculturas europeias e diminuiu a ênfase na avaliação do seu contributo para o desenvolvimento interno”, *op. cit.*, p. 918.

²¹ “Com a adesão à CEE incentivou-se entre nós o discurso da inferioridade concorrencial da exploração leiteira, motivado pela dupla circunstância de não ter escala – ser pequena – e desenvolver uma actividade excedentária na Comunidade”, Agostinho de Carvalho *et. all.* – “A reestruturação do sector leiteiro na Beira Litoral e no Entre-Douro e Minho face à integração na CEE”, in *A Questão do Leite em Portugal e a Integração na CEE*, Edições Afrontamento, Porto, 1987, pp. 330. Além disto os autores concluíram que o Alentejo não era a região mais apropriada para a produção de leite.

²² *Jornal do Agricultor*, 7/11/1979. Mariano Feio acrescentou: “Os agricultores de cereais portugueses foram aconselhados e incentivados (créditos de campanha, preços garantidos, etc.) para produzir o mais possível, durante dezenas de anos, culpabilizados moralmente antes da Revolução se não o faziam, penalizados mesmo, a seguir a ela. Hoje a música inverteu-se, esqueceram-se os alimentos para a população consumidora, os crimes de sabotagem económica e os ‘níveis mínimos de intensificação’: quanto menos se produzir, melhor (...) A perspectiva é, pois, desastrosa e a quase totalidade das terras

económica devido a três factores, a saber, a adesão à CEE, a estabilidade governativa a partir de 1987 e a revisão constitucional de 1989. (...) Portugal teve acesso a meios vantajosos de convergência económica comunitários, tais como os fundos estruturais e os fundos de coesão, instituídos em 1988”. Verificou-se a “estabilidade macroeconómica”²³. Desde a assinatura do Tratado de Adesão à CEE no dia 12 de Junho de 1985, a agricultura portuguesa preparou-se para grande mudanças, veiculadas pelos programas comunitários criados para o efeito. No âmbito do Fundo Europeu de Orientação Agrícola (FEOGA), na sua vertente de Orientação, foi criado o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP)²⁴, com um prazo de execução de 10 anos, entre 1986-1995, e um montante de comparticipação financeira de 130 milhões de contos. O montante do investimento associado foi de 210 milhões de contos e os objectivos principais eram a correcção das deficiências estruturais da agricultura portuguesa e a melhoria das condições envolventes da produção e comercialização agrícolas. Entre os objectivos iniciais da PAC, descritos no artigo 39º do Tratado de Roma, salientam-se: aumentar a produtividade, assegurar a subsistência e a segurança do abastecimento, preços razoáveis ao consumidor, aumentar os rendimentos e o nível de vida dos agricultores. Para conseguir atingir tais objectivos em Portugal, foram canalizados financiamentos para:

- Melhoria da eficácia das estruturas agrícolas: compra de reprodutores de qualidade; controlo do rendimento e descendência dos touros; utilização da inseminação artificial; criação de agrupamentos de defesa sanitária; reestruturação do olival; protecção e melhoria do ambiente; dinamização das associações agrícolas.
- Melhoria da habitação nas explorações agrícolas.
- Melhoria das estruturas fundiárias: emparcelamento; cessação da actividade agrícola.
- Melhoramentos físicos: obras colectivas de rega; drenagens; electrificação agrícola e rural; abastecimento de água às explorações e povoações; caminhos agrícolas e rurais.
- Melhoramentos fundiários: promoção de novos produtos agrícolas, com prioridade aos produtos não alimentares; qualidade / diversificação agrícolas; Preparação de terras; melhoramentos de prados e pastagens; protecção dos solos...
- Medidas florestais: arborização e beneficiação de florestas; prevenção de luta contra os incêndios...

O Alentejo recebeu nesta primeira fase 25% destas ajudas, canalizadas em grande parte para grandes obras de vedações, estradas, electrificação de montes e sedes de lavoura.

alentejanas voltarão em breve à charneca que cobria no final do século passado mais de metade do Alentejo Ocidental”, *A Evolução da Agricultura...*, pp. 75, 83.

²³ Marina Costa Lobo – *op. cit.*, p. 634.

²⁴ Ver Regulamento CEE nº 3828/85, de 20/12/1985, o Decreto-Lei nº 96/87 de 4/3/1987, e as Portarias nº 249/87 de 31/3/1987, nº 259/87 de 2/4/1987, nº 8/88 de 6/1/1988, nº 9/88 de 6/1/1988, nº 195/88 de 25/3/1988, nº 193/88 de 25/3/1988,

No entanto, se em toda a Europa, pelo menos em teoria, se desenvolveu o conceito de “Small is beautiful”(pequenas e médias empresas instaladas no espaço rural), aparentemente foram as grandes explorações as mais beneficiadas. Este efeito perverso resulta da falta de capacidade associativa das pequenas explorações e da respectiva dificuldade de canalização dos recursos disponíveis e dos subsídios. E principalmente da maior capacidade que os grandes proprietários detêm para controlar os mecanismos de atribuição dos subsídios e os investimentos iniciais que são necessários para o início dos respectivos processos. Por esse motivo o discurso legislativo actual é todo dirigido para a formação de associações de agricultores²⁵ e as respectivas OP – Organizações de Produtores²⁶ – ou cooperativas são beneficiadas em detrimento dos produtores individuais. Existem também diversas disposições legais que visam a melhoria da eficácia das estruturas agrícolas²⁷. Entre estas salienta-se o combate ao envelhecimento da população activa agrícola portuguesa e ao risco de desfasamento do meio rural face ao meio urbano, iniciado com os Decretos-Lei nº 513-E/79, de 24 de Dezembro, que definiu o regime de instalação do “Jovem Agricultor”, e o nº 513-J/79, de 26 de Dezembro, definiu agricultura de grupo, “uma modalidade de associativismo agrícola de produção resultante da associação de um número limitado de agricultores, sendo proprietários ou não e ou trabalhadores agrícolas”.

A nova categoria de “Jovem Agricultor” criou as condições que possibilitaram a preparação profissional e a integração na empresa agrícola, individual ou associativa, dos jovens que optassem pela actividade agrícola. Em resumo, foi criado um subsídio de instalação²⁸ e uma linha especial de crédito aos jovens que pretendiam estabelecer-se como

nº 196/88 de 25/3/1988, nº 205/88 de 31/3/1988, nº 570/88 de 20/8/1988, nº 817/88 nº 17/12/1988, nº 6/89 de 4/1/1989, nº 16/89 de 10/1/1989, nº 329/89 de 8/5/1989.

²⁵ Rosado Fernandes defendeu o associativismo na agricultura: “não há a menor hipótese de um país se bater no campo económico com outros de estruturas mais maleáveis, senão tiver estruturas associativas que possam ter uma palavra a dizer na condução dos assuntos económicos e na defesa dos seus próprios interesses”, *op. cit.*, p. 9. Já em 1904 D. Luís de Castro escrevia que o mal da agricultura portuguesa era a “pulverização dos indivíduos, isolados, diminuídos aos pés do Estado e incapazes de se associarem espontaneamente em volta de um interesse comum”, do prefácio à obra de Pedro Ferreira dos Santos – *Guia Prático das Associações Agrícolas em Portugal*, Bibliotheca da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, Lisboa, 1904. E em 1967 Carlos Portas escrevia que os problemas do Alentejo, tanto os de natureza financeira como económica, passavam pela reconversão agrícola e a industrialização da província, “Qualquer deles só terá resolução quando os alentejanos (todos e não só as classes tradicionalmente dominantes) constituam, de facto, um grupo de pressão. Não conhecemos qualquer desenvolvimento regional, nem qualquer auxílio financeiro maciço a uma zona que, mesmo nos países desenvolvidos (onde os recursos faltam menos que em Portugal), não fosse exigido, *persistentemente*, pela região atrasada. (...) A sociedade, na Europa do Mercado Comum e da EFTA, *ou se moderniza ou morre*”, *op. cit.*, pp. 204-206.

²⁶ Por exemplo nos anos 80 e 90 a fábrica de concentrado de tomate de Avis negociava com apenas 3 OP, depois de ter chegado a lidar com cerca de 400 agricultores individuais, ver 1ª parte, entrevista citada ao seu representante.

²⁷ Formalizadas com o Regulamento CEE nº 797/85, de 12/3/1985 e transpostas para a lei portuguesa.

²⁸ Segundo o art. 6º da Lei nº 42/80, de 13/8/1980, que ratificou o Decreto-Lei nº 513-E/79, de 24/12/1979, o subsídio de instalação na empresa agrícola podia atingir 40 vezes o salário mínimo nacional. O estatuto de jovem agricultor foi reforçado por legislação posterior diversa e teve especial destaque na *Agenda 2000*, baseada no Regulamento nº 1257/99, de 17/05/1999.

agricultores com base em património familiar (sem o acordo familiar, teriam de comprar terras ou arrendar). O mérito desta legislação encontrava-se no objectivo de incentivar os agricultores mais idosos a entregarem aos filhos a responsabilidade da gestão da agricultura, partindo-se do princípio que estes se adaptariam com mais facilidade às novas realidades técnicas e burocráticas, sobretudo porque eram obrigados a apresentar um certificado de qualificação profissional por curso de formação de pelo menos 400 horas, além de um projecto de exploração viável e aprovado pelo serviço regional do Ministério da Agricultura e Pescas. A medida mostrou ser um sucesso a nível dos resultados oficiais. No entanto, José Reis questionou as elevadas percentagens que se encontraram neste grupo no início dos anos 90: significariam elas um rejuvenescimento da profissão (o que seria muito positivo) ou apenas uma situação artificial criada pelo desejo de ver este projecto triunfar?²⁹ No que me foi permitido observar em Avis, a nova categoria profissional constituiu um incentivo aos filhos dos grandes proprietários para retomarem uma actividade que já estaria perdida para o nível etário em questão. Os subsídios e linhas de crédito foram utilizados à exaustão, tendo em conta que o limite máximo foi alargado para os 45 anos. Mas só neste grupo que já possuía terras ou que estava em processo de recuperação das terras expropriadas. Muito raros foram os casos de jovens agricultores em pequenas propriedades ou em terras arrendadas, pois provavelmente este processo não foi considerado suficientemente atractivo ou mesmo viável do ponto de vista de um grupo de pessoas que teriam de abandonar outras profissões melhor remuneradas.

Quanto aos financiamentos directos aos agricultores de todas as idades, os *subsídios* da CEE, o mesmo autor comentou que estes trouxeram à agricultura portuguesa um “novo dualismo”: numa primeira fase, a integração europeia deu um novo fôlego à agricultura portuguesa, sobretudo com a injeção de meios financeiros importantes, investimentos nas infraestruturas das explorações agrícolas, etc.; porém as injeções de dinheiro nas explorações agrícolas tiveram apenas um impacto parcial e atingiram sobretudo as categorias de agricultores que produzem a maior parte dos recursos nacionais, o que excluiu a massa de agricultores que não têm acesso às políticas agrícolas³⁰. Este tema tem sido alvo de

²⁹ José Reis – “Intégration européenne. Un nouveau dualisme dans l’agriculture”, *Portugal 1974 – 1994, Peuples Méditerranéens*, nº 66, Jan.-Mar. 1994, p. 145.

³⁰ *Ibidem*, p. 147. Jorge Caleiras referiu que “o abandono das explorações (em particular as de pequena e média dimensão) ou o baixo nível de competitividade da produção, são apenas alguns dos sintomas da má situação em que ficou a agricultura nacional”, “Sobre a Conflitualidade Rural em Portugal no Primeiro Decénio de Integração Europeia. Algumas Reflexões com Ilustração Empírica”, *1º Congresso de Estudos Rurais “Mundo” Rural e Património*, Vila Real, Setembro, 2001.

discussões intermináveis sobre o impacto dos fundos estruturais na agricultura portuguesa, especialmente nos anos 90, quando o Alentejo recebeu mais de 50% de todas as ajudas. Por exemplo Francisco Avillez acentuou o “decréscimo acentuado nos preços reais da maioria dos produtos agrícolas (...) quebra nos rendimentos dos agricultores portugueses (...) um enorme crescimento do investimento agrícola de âmbito colectivo e empresarial cuja natureza e distribuição regional e empresarial tenderam a reproduzir, no essencial, as tendências de evolução predominantes no período anterior à adesão”³¹. Na mesma linha Michel Drain afirmou que a adesão à CEE e a política intervencionista por ela imposta revelou-se “ineficiente, chegando mesmo a reforçar ainda mais a burocracia e a desencorajar as iniciativas dos produtores”³² e que Portugal continua com o mesmo sistema agrário estagnado³³. Victor Dordio e José Zorrinho acrescentaram que “as medidas de implementação e funcionamento do crédito agrícola foram tomadas isoladamente, não sendo apoiadas por outras igualmente necessárias e complementares daquelas (afinal uma política agrícola integrada), de tal modo que o resultado foi o seu fracasso, ou quando muito uma eficácia limitada ou mesmo nula”³⁴. O discurso oficial do PCP acrescenta que a entrada de Portugal na CEE teve uma “influência determinante” para a destruição do aparelho produtivo³⁵.

“José Soeiro – Nós não estamos a pagar os nossos excessos de produção, mas os excessos dos outros países. Nós somos impedidos de produzir por causa dos outros”.

Por outro lado, Scott Pearson afirmou que os agricultores portugueses responderam às alterações de preços, pouparam, investiram, alteraram tecnologias e prosperaram³⁶. Além disso, segundo Elisa Ferreira, “Portugal tem-se revelado surpreendentemente eficiente no saque das verbas a que tem direito. (...) relativamente ao FEDER, Portugal tem conseguido ultrapassar o limite mínimo a que tinha direito...”. Esta autora conclui que “foi a adesão à

³¹ Em resultado dos subsídios concedidos no âmbito do Regulamento CEE nº 2328/91, que tiveram como característica principal uma “clara concentração das ajudas atribuídas em três das regiões agrícolas do continente, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Entre Douro e Minho, que representaram cerca de 60% das ajudas totais”, Francisco Avillez – “Impacte dos fundos estruturais na agricultura portuguesa”, *Análise Social*, vol. XXVII (118-119), 1992, p. 691-694. Este autor apresenta dados que demonstram que o Alentejo recebeu a maior percentagem (53,4%) de subsídios para explorações com mais de 100 ha e que entre os investimentos aprovados também no âmbito deste regulamento, o Alentejo teve as mais altas percentagens na secção dos investimentos em máquinas e equipamentos (53,4%) e em animais reprodutores (12%).

³² Michel Drain – *A Economia de Portugal...*, 1995, p. 99.

³³ *Idem* – “L’Agriculture Portugaise. Evolution et Perspectives”, *Portugal 1974 – 1994, Peuples Méditerranéens*, nº 66, Jan.-Mar. 1994, p. 106. Ver também Francisco Cabral Cordovil – “A (sócio)economia da agricultura portuguesa nos anos 80: factos e ideias”, *Análise Social*, vol. XVIII (121), 1993, pp. 187-233.

³⁴ Victor Dordio e José Zorrinho – “Crédito Agrícola em Portugal: seu uso e gestão”, *Economia e Sociologia*, nº 40, Évora, 1985, p. 38.

³⁵ Álvaro Cunhal – *A Verdade e a Mentira...*, p. 283.

³⁶ Scott R. Pearson *et. all.* – *Portuguese Agriculture in Transition*, Cornell University Press, Ithaca e Londres, 1987.

CEE que forçou Portugal a assumir a questão regional, sob pena de ficar marginalizado relativamente a um importante recurso financeiro da Comunidade: o FEDER”³⁷.

Definitivamente, os agricultores de Avis “sacaram” todos os subsídios que conseguiram. Electrificaram os montes³⁸, vedaram as herdades e introduziram tudo o que era necessário para o funcionamento de exploração agrícolas com as mínimas condições de modernidade. Também renovaram o parque de máquinas agrícolas, o qual passou a incluir os *jeeps* que se tornaram a referência obrigatória do agricultor alentejano, em substituição dos antigos *Mercedes*, que definitivamente passaram de moda entre as elites rurais. E reduziram drasticamente a mão-de-obra, alegando que os seus custos sociais se tornaram insustentáveis.

Apesar de todas estas vantagens, as grandes alterações culturais promovidas pela PAC constituíram motivo de grande instabilidade para estas novas gerações de agricultores. A ansiedade domina o discurso deste grupo: do cereal para as ovelhas, do girassol para os bovinos³⁹, o olival que se arranca para replantar⁴⁰, o montado que se protege⁴¹, mas cujos preços da cortiça flutuam de mais, tudo isto a somar aos trabalhadores que são caros e que não se encontram quando são necessários, aos preços dos combustíveis (mesmo com o subsídio do gasóleo agrícola) e da manutenção das máquinas, ao subsídio que só vem depois de grandes investimentos prévios, ao famoso *set-aside* que confunde qualquer agricultor que não compreende muito bem como é que lhe pagam para ele não produzir ou para se reformar antecipadamente⁴².

³⁷ Elisa Maria Ferreira Taveira – *O Desenvolvimento Regional em Portugal no Contexto da CEE – Lições do passado e perspectivas para o futuro*, Curso de Estudos Europeus – Variante Económica, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1990, pp. 8-18. Ver Regulamento CEE nº 1787/84, de 19/06/1984.

³⁸ Portaria nº 205/88 de 31/3/1988.

³⁹ Carlos Almeida e Amílcar Serrão explicaram as vantagens da introdução dos bovinos de carne na região, por serem os mais adaptados aos solos em causa, “Planeamento da actividade agro-pecuária numa exploração-tipo da região de sequeiro de Évora”, *Economia e Sociologia*, nº 60, Évora, 1995, pp. 109-110. Isto recuperou o discurso de Mariano Feio e Joaquim Sampaio, que já em 1961 defendiam a melhoria das pastagens e a introdução do gado numa das folhas da rotação, acompanhado pela subida do preço da carne com o apoio do Estado, para que o consumidor pagasse apenas metade, *Possibilidades da Agricultura de Sequeiro no Alentejo. A rotação experimental no Posto de Évora*, 2ª ed., Federação dos Grémios da Lavoura do Baixo Alentejo, Beja, 1961, p. 28.

⁴⁰ Ver, por exemplo, a Portaria nº 259/87 de 2/4/1987.

⁴¹ Segundo a descrição de Mariano Feio, são privilegiadas as árvores de crescimento lento (sobreiros, azinheiras e pinheiros mansos), o pinheiro bravo no norte e as matas de eucaliptos, *op. cit.*, p. 84.

⁴² Ver Regulamentos CEE nº 1094/88 e nº 1096/88 de 25/4/1988. Para aprofundar o impacto desta política do *set-aside* ver Manuel Rebocho e Amílcar Serrão que concluíram que o rendimento pode aumentar em 60% através da adopção da tecnologia ovina mais eficiente e pelo acréscimo do efectivo ovino para o máximo tecnicamente aceitável; em 70% pela adopção de um efectivo bovino explorado segundo a melhor tecnologia e a venda dos novilhos ao desmame; e em 108% pela recria e engorda dos novilhos nascidos na exploração, “Avaliação do Impacte da Reforma da política Agrícola Comum na Região Alentejana”, *Economia e Sociologia*, nº 60, Évora, 1995, pp. 91-108. Oliveira Baptista reflectiu sobre este tema do seguinte modo: “com o anunciado e esperado declínio da agricultura, está previsto no quadro da nova PAC que os grupos sociais ligados à posse da terra recebam rendas, pagas pelos cofres públicos, sem produzir. Ou seja, é a propriedade privada da terra a surgir, despida de qualquer alibi produtivo, como recebedora de rendas. Regressa, assim, embora por outro

“Dr. Eurico Pais – O *set-aside* tem grandes possibilidades para os grandes proprietários. Mas nos pequenos e mesmo nos médios já é complicado. Porque no *set-aside* não pode entrar sequer o gado a pastar. E não só lhes rouba um grande bocado de pastagens, como às vezes corta a passagem do gado de uma pastagem para a outra. E o gado tem de andar às voltas, tem de ser transportado. Lembro-me no Paínho terem posto em *set-aside* 200 ha de uma pastagem maravilhosa e as ovelhas do Paínho andavam cheias de fome. Até fazia impressão”.

“Dr. Joaquim Miranda da Silva – Ao grande proprietário agrícola do Alentejo saiu-lhe a sorte grande com a PAC. Porque depois da legislação específica condenando o absentismo veio a PAC a premiar quem não produz. O critério do *set-aside* é uma mina!”

Grandes ou pequenos, os proprietários de Avis apresentam-se sem excepção descontentes e até desorientados com a intromissão, na prática obrigatória, da PAC na sua actividade económica. De agricultores, passaram a ter uma nova actividade de “administradores de subsídios”, e o que “salva” os maiores proprietários do concelho é ainda e sempre a cortiça, que “tapa os buracos” criados pelas restantes produções, em geral deficitárias:

“– Quanto à PAC? Foi bom, foi mau?”

Dr. José de Carvalho – Para mim, foi a confirmação da destruição da economia agrícola do Alentejo. Nós hoje em dia não sabemos o que havemos de produzir, nem temos directrizes para o fazer. Somos uns administradores de subsídios. Ninguém nos diz, no ministério, o que devemos ou não fazer. Ninguém nos orienta sob o ponto de vista técnico. Então andamos aos baldões. E como todos somos individualistas, e cada um de nós é mais esperto que os outros, vivemos como se fôssemos os maiores, quando não somos. O borrego é um desastre, o bezerro é outro. (...)

– E tem um hortelão neste momento?

Dr. José de Carvalho – Não, eu é que brinco de hortelão. Tenho uma rega gota-a-gota, tenho 50 pés de melão, 50 de melancia. Divirto-me de madrugada a abrir a torneira e a pôr adubo, faço umas curas com pesticidas...

– Quer dizer que não compensa sustentar um ordenado de uma pessoa para fazer isso?

Dr. José de Carvalho – De maneira nenhuma. Um ordenado hoje em dia tem uns encargos sociais enormes. Mais os impostos. O que é que esse indivíduo produz que possa competir com a fruta que vem de Espanha?

– É mais barato ir comprar?

Dr. José de Carvalho – É evidente.

– Uma lavoura deste tamanho ainda dá lucro? Ou neste momento é muito difícil manter uma lavoura?

Dr. José de Carvalho – É muito difícil manter e não vejo futuro nenhum, no actual estado da situação. O futuro que eu vejo... Eu tenho 5 filhas, vai cada uma ficar com um cagagésimo disto. Já tenho 10 netos...

– A propriedade pequena não é viável economicamente?

Dr. José de Carvalho – De maneira nenhuma. No sequeiro, não.

– E a grande?

caminho e noutro contexto, a questão da legitimidade económica de rendimentos fundiários decorrentes apenas da condição de proprietário”, *op. cit.*, p. 920.

Dr. José de Carvalho – A grande de cortiça sim, essas vão resistindo e vão tender a anexar as do lado”.

“– Esses primeiros anos foram difíceis?

LMGC – Muito difíceis. O que nos salvou foi a cortiça para tapar o buraco do banco. A cortiça ainda continua hoje a tapar buracos.

– Quer dizer que a lavoura hoje sem a cortiça não se aguenta?

LMGC – Não, nem havia investimentos nem nada; se não fosse a cortiça já tinha vendido.

– E os subsídios para a reconstrução de montes?

LMGC – Eu recorri a tudo. Montes é a última coisa que eu estou a fazer agora. Mas é com o meu dinheiro.

– E a CEE e a PAC?

LMGC – Enganaram-nos, completamente enganados. Deram-nos o tapete, ‘invista’, e depois tiraram-nos o tapete.

– Mas neste momento não é isso que sustenta a agricultura alentejana?

LMGC – Não, eu odeio depender. O agricultor não é obrigado. Mas em 60% dependo do Estado. Os produtos têm 1/3 do valor que tinham antes do 25 de Abril. E com custos maiores”.

“– Depois começaram a receber subsídios?

Idalina Varela Pina – Então, a vida da lavoura hoje é fictícia, vive de subsídios. Quando eles acabarem, ninguém sabe para onde vai”.

“F. V. Couceiro – A PAC é péssima para os agricultores. Não para esta zona aqui, porque é uma zona de floresta e a floresta está com alguma prosperidade. Se a gente vir, a cortiça há 9 anos vendia-se a 4.500\$00, agora vende-se a 8 a arroba. O trigo, há 9 anos vendia-se a 55\$00 e agora vende-se a 23\$00. Enquanto houve algum avanço na parte da floresta, na parte agrícola é o descalabro completo.

– Então, para este tipo de propriedade a PAC continua a ser boa?

F. V. Couceiro – Não é boa, porque o que se faz no montado é o gado. E o gado, há 6 anos eu vendia os bezerros a 120 contos e agora vendo a 80. Mas são subprodutos, porque a parte principal é a cortiça.

– Então, neste momento, manter uma propriedade destas ainda é rentável?

F. V. Couceiro – Destas de floresta é. A gente tem uma herdade ali, pegada à Fundação, que compramos já depois do 25 de Abril, que é uma herdade tipo de Avis, uma herdade de barros, com terras muito boas. Até há um ano atrás semeávamos à volta de 130 ha de trigo, e 40 ou 50 de aveia. E neste ano não semeamos nada. Não se pode semear nada porque se perde dinheiro. Portanto, aquilo que dantes dava o rendimento de uma vacada e de uma seara de trigo, agora passou a ser só a vacada. Já não compensa. Os adubos continuam a subir, o gasóleo sobe, os tractores sobem, os salários sobem, e o trigo baixa todos os anos. Porque a ajuda do preço do trigo vai-se mantendo, mais ou menos.

– Então também já não é necessário ter um parque de máquinas grande?

F. V. Couceiro – Não, está-se a reduzir o parque de máquinas. Aumentou-se a vida útil dos tractores, que dantes era de 5 ou 6 anos, agora é de 16 ou 20”.

Os avanços e recuos dos preços dos produtos e a gestão das directivas europeias ocupam praticamente todo o tempo destas pessoas que cresceram no campo e foram

obrigadas a adaptar-se a práticas que claramente não são do seu agrado. Mas que integraram perfeitamente por pura sobrevivência, assim como toda a filosofia da nova PAC, promovida desde a reforma introduzida com o Regulamento Europeu nº 2078/92. Em resumo, a Comissão Europeia reconheceu que as concepções de desenvolvimento até então traçadas pela antiga PAC tinham levado à desertificação social, económica e cultural de áreas marginalizadas pelas políticas de modernização agrícola e à degradação da paisagem natural europeia. Ao espaço rural foram então atribuídas novas funções regeneradoras, e, para o seu desenvolvimento sustentável, promoveu-se a diversificação das actividades aí desenvolvidas, em especial as não agrícolas, como por exemplo o turismo e o artesanato, com os objectivos de assegurar a manutenção das comunidades rurais e preservar os ecossistemas e as paisagens construídas pela agricultura⁴³. A expressão mais utilizada desde então é a da “multifuncionalidade do espaço rural” que, em princípio, seria geradora de novos recursos e de melhoramentos das condições de vida das populações.

Estes temas já tinham sido aflorados por alguns autores que se destacaram do discurso oficial das “subsistências” e do incentivo à produção agrícola. No mesmo ano em que se planeava a Campanha do Trigo, Jaime Lopes Dias, um etnógrafo, pedia para a Beira o mesmo que actualmente se pede para o Alentejo: propaganda e turismo, melhoria das vias de comunicação, assistência, ensino e crédito agrícola⁴⁴... E assim como em 1976 Gonçalo Ribeiro Teles clamava pela nova função do agricultor como o “construtor da paisagem rural e guardião da Natureza” e “escultor e arquitecto da paisagem”⁴⁵, que tem direito “a ser pago pela sociedade como construtor, defensor e gestor da paisagem rural”⁴⁶, também agora encontramos Oliveira Baptista a descrever este grupo como “jardineiros da natureza”, que “cuidam da terra sem terem como móbil a produção para o mercado”. A diferença é que para este autor as novas funções são consideradas um factor negativo da reforma da PAC, por

⁴³ São estes os principais objectivos do Regulamento nº 2078/92, no qual os agricultores são encorajados a desenvolverem práticas agrícolas consentâneas com a preservação e conservação ambiental, sendo compensados por ajudas directas que cobrem os custos e as perdas de rendimento, ver desenvolvimento em Vivelinda Guerreiro – “As Medidas Agro-Ambientais nas Políticas de Desenvolvimento Rural: Um Estudo de Caso”, *1º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, 16-18 de Setembro, 2001, publicação em CD.

⁴⁴ Jaime Lopes Dias – *Aspirações e Necessidades da Beira*, Tip. Portela Feijão, Castelo Branco, 1928.

⁴⁵ Gonçalo Ribeiro Teles – *op. cit.*, pp. 11, 22. De notar que esta linguagem foi adoptada como padrão na literatura científica e agronómica actual. Por exemplo, a Engª Agrónoma Alexandra Costa, ao escrever sobre agricultura biológica, no *Guia do Bem Estar*, *Expresso*, 26/8/2000, usou exactamente as mesmas expressões: “A agricultura biológica permite a revitalização da população rural e restitui ao agricultor a verdadeira dignidade e o respeito que lhe são merecidos pelo seu papel de guardião da paisagem e dos ecossistemas agrícolas. Graças à dimensão humana que estas explorações assumem, às práticas ecológicas e à gestão adequada dos recursos locais, os produtores agrobiológicos geram oportunidades de criação de empregos permanentes e dignos”.

⁴⁶ *Programa PPM 80/90...*, p. 12.

provocar a “crescente dependência alimentar” de Portugal em relação aos restantes países da União Europeia⁴⁷. De facto, “a agricultura continuou a perder peso no conjunto da economia, correspondendo-lhe agora 18% da população activa e 6,5% do produto interno bruto. A área agrícola continuou a retrair-se” e, sem dúvida, “uma parte significativa do território deixava de ser terra a voltava a ser espaço”⁴⁸.

A terra como *espaço* recuperou parte da função de lazer que tinha tido até ao século XIX em exclusivo para as elites, e depois com alguns intervalos no século XX quando foi utilizada intensivamente para uma agricultura que não conseguiu sustentar. As grandes diferenças introduzidas no final do milénio no Alentejo foram o alargamento do espectro social que o utiliza para esse fim e a tomada de consciência da perecibilidade do meio ambiente e da necessidade de o preservar para a sua própria sobrevivência. Num meio rural envelhecido e despovoado, quase completamente concentrado nas vilas e aldeias, o campo que as separa tornou-se o grande atractivo para uma certa população urbana nostálgica⁴⁹ e carente de ambientes despoluídos, onde se praticam actividades alternativas⁵⁰.

“A natureza e o ambiente deixam de ter a função de produto agro-silvo-pastoril, prevalecente no passado, para adquirir uma representação estética e lúdica pelos novos protagonistas urbanos e institucionais, uma concepção de território diametralmente oposta à que tradicionalmente assumiam os velhos residentes das aldeias, para quem o solo constituía basicamente um factor produtivo”⁵¹.

Se bem que os poderes públicos, em particular autárquicos, detenham grande parte dos meios para assegurar a atracção dos visitantes ou mesmo de novos habitantes para o meio rural, cabe no entanto aos proprietários das terras a responsabilidade da manutenção da paisagem rural, sua limpeza e embelezamento, para transmitir a imagem de natureza domesticada que se pretende para contrabalançar com a vida urbana. Assim, depois de séculos como produtor agrícola, olivicultor, viticultor, cerealicultor e criador de gado, em suma, *lavrador*, ou, mais modernamente, *agricultor* e mesmo *empresário agrícola*, o grande

⁴⁷ Oliveira Baptista – *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural...*, pp. 91-92.

⁴⁸ *Idem* – “A agricultura e a questão da terra...”, p. 919. E acrescentou: “Portugal transforma-se assim num espaço onde algumas pequenas ilhas de agricultura intensiva se encontram rodeadas por um mar de áreas florestadas, abandonadas ou aproveitadas de modo muito extensivo”, *idem* – *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural...*

⁴⁹ David Lowenthal diz que se vive uma “eco-nostalgia crisis”: “Nostalgia is today the universal catchword for looking back. It fills the popular press, serves as advertising bait (...) If the past is a foreign country, nostalgia has made it the foreign country with the healthiest tourist trade of all”, *op. cit.*, p. 4.

⁵⁰ Também sobre tema Gonçalo Ribeiro Teles tinha proposto em 1976 a “integração, nas estruturas biofísicas, do recreio ao ar livre e da protecção do meio natural (protecção da Natureza). A criação de zonas de recreio e de contacto com a Natureza (...) no meio rural conduz à criação de parques e reservas naturais, de caminhos de peões, de infraestruturas de equipamento cultural e recreativo, de praias, albufeiras, lagoas e de montanhas...”, *op. cit.*, p. 108.

proprietário ou rendeiro⁵² de terras no Alentejo passou a ser um *jardineiro* que geralmente acumula esta função com a de *estalajadeiro*⁵³ e criador de espécies cinegéticas para alimentar o fenómeno crescente do turismo de habitação em espaço rural e da caça, muito beneficiado com a melhoria das vias de comunicação que diminuíram consideravelmente as distâncias. Os novos hóspedes⁵⁴ e caçadores procuram experimentar em poucos dias “a vida no campo”, querem respirar ar puro e mostrar aos filhos os bucólicos campos verdes ou amarelos (consoante a estação) bem tratados com rebanhos de ovelhas a pastar ou manadas de vacas bem alimentadas, as oliveira podadas e os sobreiros descascados com o tronco em sangue. A natureza e a paisagem rural são assim reinventadas não só para a actividade económica que nela se desenrola, mas também para cativar uma população que a visita, não dispensando, porém, todos os confortos da vida moderna, em alternativa aos habituais polos de atracção turística do litoral que se encontram muito congestionados. Habitualmente estes turistas querem ver “como se fazia” e “como era dantes”, o que obrigou, em muitos casos, a uma nova complementaridade entre a agricultura e actividades como a culinária, o artesanato, a criação de animais e outras.

2.2 – O turismo rural e a caça: complementos à agricultura

Depois de electrificarem e vedarem as suas explorações agrícolas e de reiniciarem uma actividade que já não lhes proporciona os rendimentos que abundavam na geração anterior, alguns proprietários de Avis dedicaram-se ao turismo em espaço rural e ao aproveitamento das potencialidades cinegéticas das suas herdades. Utilizando a estrutura fundiária que possuíam, rentabilizaram o espaço de uma nova forma, optimizando o seu potencial através da obtenção de maior valor acrescentado para as suas produções e serviços. Ao mesmo tempo desenvolveram e preservaram os seus patrimónios, tanto o património físico construído, que se encontrava na maior parte dos casos em situação de extrema

⁵¹ António Ferreira Cardoso – “Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais”, *1º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, 16 a 18 de Setembro 2001, publicação em CD.

⁵² A categoria de rendeiro tende a desaparecer nas grandes propriedades do concelho de Avis.

⁵³ Um dos proprietários entrevistados fez questão de brincar com o facto de um dos seus primos, que era um “agricultor brilhante”, agora estar reduzido a estalajadeiro e taberneiro, “anda com as chaves à cintura...”.

⁵⁴ Os turistas, “no contexto do turismo rural e ofertas similares, são designados por visitantes ou hóspedes. Pretende-se classificar por oposição ao turismo massificado, marcando claramente a distinção”, Graça Joaquim – *Turismo e Ambiente: complementaridade e responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, orientada pelo Prof. Doutor Afonso de Barros, ISCTE, Lisboa, 1994, p. 41.

degradação⁵⁵, como o património florestal e animal, o que ajudou à consolidação das suas empresas agrícolas, pois verificaram que uma exploração que se limite aos padrões agrícolas e pecuários do passado fica bastante limitada. Utilizando os incentivos legais⁵⁶ e os respectivos financiamentos, vários montes foram recuperados para este fim em todo o Alentejo. No concelho de Avis em 2001 as ofertas de alojamentos em espaço rural, na modalidade de agro-turismo definida pelo Decreto-Lei nº 256/86, eram quatro: a herdade dos *Cavaleiros*, o *Monte Padrão*, o Monte de *Bordalos*, no Maranhão, e *Pêro Viegas*, na Aldeia Velha⁵⁷. Em todos os casos os seus proprietários são agricultores activos que mantêm o montado, a agricultura e a pecuária como actividades principais. A actividade turística complementa a agricultura, mas de modo nenhum funciona como alternativa, como acontece nos casos estudados por Graça Joaquim no norte de Portugal⁵⁸.

“– E as obras de reconstrução também tiveram a ajuda do turismo de habitação?

Dr. José de Carvalho – Só da casa de habitação. O resto não. Tudo o que é montes, instalações agrícolas e armazéns não vão para o turismo rural, fui eu a pagar.

– O Turismo Rural de facto pode ser uma alternativa, ou é só um complemento à agricultura?

Dr. José de Carvalho – É só um complemento. Alternativa, nunca. Ajuda-me. Eu tenho a minha casa em Fronteira. Se eu fechar esta, em 3 anos está degradada. Se eu a mantiver aberta, ela paga a sua conservação. Não é um peso sobre a economia agrícola. Lucro? Não dá nenhum, porque daqui a 10 anos está outra vez tudo partido, e é preciso tornar a gastar dinheiro para pôr isto como deve ser. À custa do meu próprio físico, porque não tenho cá ninguém. Ainda este fim-de-semana tive o monte cheio, e sou eu o cozinheiro. Só não ando a limpar os quartos, tenho uma empregada que vem, a quem eu pago e dá uma ajuda, ou um estagiário da Escola de Turismo Rural de Benavila. Mas de resto eu não posso sair daqui, eu sou escravo. Tenho um compromisso com a Direcção Geral de Turismo que quero honrar, em que o atendimento tem de ser personalizado. Ou eu, ou a minha filha, ou a minha mulher, alguém tem de aqui estar. A nossa associação de *Montes Alentejanos*, são 14, todos têm a porta aberta.

– E no fundo também tem um certo gosto em fazer isto?

Dr. José de Carvalho – Relativo, eu gosto de conversar, gosto de conhecer novas personalidades, novas culturas, novas ideias. Até porque têm uma ideia do Alentejo que eu consigo transformar para a realidade. Têm uma ideia errada, têm a ideia dos *mass-media*. As pessoas vêm aqui, estamos serões inteiros a conversar, e eu mostro-lhes os livros, conto-lhes histórias...”

“F. V. Couceiro – A gente tem o turismo de habitação e a caça.

– Pessoas de fora podem vir cá caçar?

⁵⁵ “a recuperação e conservação do património pessoal e familiar representa a motivação claramente dominante no envolvimento como TER”, *ibidem*, p. 82.

⁵⁶ Ver Decretos-Lei nº 251/84 de 25/7/1984, nº 256/86 de 27/8/1986 e nº 8/89 de 21/3/1989.

⁵⁷ Ver site: <http://www.alentejodigital.pt/aviz/ter.htm>.

⁵⁸ A autora descreve que em Ponte de Lima se verifica grande incidência desta prática, sobretudo por pessoas de fora, com habilitações superiores e grande poder económico, que utilizam este meio para recuperação do património, e onde a complementaridade com a agricultura é quase inexistente, *op. cit.*

F. V. Couceiro – Sim, pagando.

– Isso é uma alternativa, ou é apenas um complemento à agricultura?

F. V. Couceiro – É um complemento muito pequeno. Nós fizemos um investimento grande: fizemos uma rede de 3m e introduzimos os veados e os muflões.

– Mas chegam a ter cá grupos de pessoas a virem caçar frequentemente?

F. V. Couceiro – Sim. Depois de um investimento muito grande, já se vê algum dinheiro. Isto vai aumentando e dá algum rendimento.

– E costumam ter hóspedes?

F. V. Couceiro – Temos, não é muita coisa, mas temos alguns. Hoje, por acaso há. A gente pertence à organização dos *Montes Alentejanos*. Foi uma coisa que organizamos aqui na Ponte de Sor, ao abrigo do Programa *Líder*.

– Essa actividade é rentável?

F. V. Couceiro – Não. Isso também ainda não está tão bem montado como a gente pensava. As pessoas pensavam em arranjar os montes e ter algum rendimento com isso. Mas há muita dificuldade de pessoal para manter essa actividade com uma certa qualidade. E o turismo também é muito de fim-de-semana. Ter uma coisa aberta e estruturada para trabalhar só aos fins-de-semana é um bocado difícil. Estamos a fazer uma tentativa para entrar no mercado internacional...

– Quer dizer que trabalham associados?

F. V. Couceiro – Trabalhamos associados. As pessoas normalmente ligam para uma central que temos na Ponte de Sor, depois aí faz-se uma triagem, mais ou menos o que é que as pessoas querem, se querem melhor, se querem pior. Nós também não podemos estar muito ligados ao turismo. Quer dizer, eu, pelo menos, não tenho muita capacidade de receber as pessoas. Pessoas que não têm nada a ver connosco, falam de coisas completamente diferentes. Eu não tenho muita paciência, a minha irmã é que trata daquilo. Eu praticamente não vou lá. Só às vezes quando é assim uma pessoa ligada à caça, que quer ver os bichos. Que é uma das coisas que a gente faz, é passear as pessoas, a ver os veados, as lebres, os coelhos. Há pessoas que ouviram dizer que há cá veados e vêm para ver os veados, e depois levanta-se uma lebre e eles: ‘Olha aquele veado!’ Se aquilo fosse uma coisa que desse muito rendimento, a gente faz tanta coisa que não gosta! Mas não, aquilo dá para pagar ao casal durante o ano e pouco mais sobra.

– E comem lá, ou vão comer fora?

F. V. Couceiro – Aqui são apartamentos, com uma *kitchenette*. A gente dá o pequeno-almoço, vamos lá pôr o pão de manhã, manteiga, mel, essas coisas regionais. Depois se quiserem lá comer trazem ou vão às compras. Depois tem uma sala de convívio para as pessoas estarem. E aquilo era um monte que estava quase caído. Foi uma maneira de arranjar o monte e se amanhã aquilo não der, ou se não houver possibilidades de o manter, pelo menos ficou o monte arranjado”.

Como se leu na entrevista, algumas das maiores herdades de Avis estão coutadas, segundo o regime cinegético especial, e organizam caçadas para vender, o que também obrigou à construção de instalações de apoio. Além do repovoamento das espécies cinegéticas, neste caso veados, javalis, raposas, lebres, coelhos, perdizes, faisões, patos e várias outras aves, esta actividade obriga a cuidados especiais com o estado das terras e com a agricultura que lá se pratica, pois os animais têm de ter uma alimentação rica e variada. Ao

contrário da ideia comum sobre o absentismo e o latifúndio, e sobre os coutos onde nada se produz, uma herdade com muita caça tem necessariamente de ter alguma produção. Por exemplo as perdizes precisam de campos semeados para se alimentarem⁵⁹ e ninguém melhor do que um agricultor com experiência e, na maior parte dos casos nas gerações mais novas com formação académica, para praticar uma agricultura que permita o enquadramento de todas estas actividades e a dita “multifuncionalidade do espaço rural”. Ao mesmo tempo, para estas famílias a caça é uma das principais actividades sociais e de lazer, mais do que uma verdadeira actividade económica, que lhes permite, em acumulação, rituais de sociabilidade e demonstrações de poder económico recuperadas do passado. Associada a esta actividade encontra-se a criação de cães de matilha e o apuramento de raças portuguesas, com especial destaque para o podengo.

No concelho de Avis foi ainda constituída em 1990 uma reserva denominada *Calatrava*, que agrupa várias herdades com o objectivo de exploração comum da caça e pesca turísticas⁶⁰. Estas terras ficaram assim exclusivas aos sócios, que fazem a gestão das espécies e contratam os respectivos guardas florestais. Para além dos coutos privados e desta zona de caça turística, existe em Avis a zona de reserva municipal de caça, que obedece ao regime geral e onde todos os caçadores devidamente encartados podem caçar desde que respeitem as normas e os calendários estabelecidos por lei. Um grupo de caçadores de Avis de outros grupos sociais constituiu também uma reserva de caça associativa em regime especial denominada *Associação de Caçadores Mestre de Avis*, que usa para esta actividade uma área que engloba terras de vários tamanhos e proprietários, com a devida autorização destes, que deixam de poder caçar nas próprias terras se não forem sócios. É a associação que gere a caça nestes terrenos, contrata os guardas, e define, em assembleia-geral, com a autorização da Direcção Geral das Florestas, os calendários venatórios de cada ano, as zonas de pousio e repovoamento, etc. Salienta-se que este grupo tem uma média etária bastante elevada, o que indicia que os filhos dos tradicionais caçadores de Avis (os tais que caçavam para completar o orçamento familiar em períodos de desemprego – ver primeira parte) não estão muito interessados nesta actividade, ou simplesmente não vivem no concelho e por isso não

⁵⁹ Olivier Balabianian afirmou que para a caça é necessária uma “agricultura conveniente”, além de “como fonte de rendimentos ajuda a manter vivas explorações que, sem ela, estariam em dificuldades ou em vias de abandono”, *op. cit.*, pp. 105-106

⁶⁰ Obedecendo ao disposto nos Decretos-Lei n.º 30/86 de 27/8/1986 e n.º 274-A/88 de 3/8/1988 foi constituída no notário de Avis a “CALATRAVA – Avis – Caça e Pesca, CRL” no dia 19/10/1990, com sede no Serradão, freg. e concelho de Avis, dirigida pelos proprietários de algumas das maiores herdades do concelho.

participam neste aspecto da vida social que engloba também algum cerimonial e respectivos almoços de convívio⁶¹.

2.3 – As novas ruralidades

Sem dúvida que o “campo” adquiriu características de local de recreio até para os grupos que ainda há poucos anos não tinham tempo nem condições para o lazer. Como local de trabalho a ruralidade perdeu grande parte do seu significado. As terras são agora usadas para actividades lúdicas que incluem não apenas a caça, mas as próprias hortas onde alguns idosos entretêm as suas reformas, ou os caminhos onde os estudantes e alguns jovens fazem passeios de bicicleta. De qualquer modo, a estrutura fundiária do concelho de Avis ainda reserva a maior parte das terras às elites que as possuem ou às outras elites urbanas com poder económico para pagar a sua frequência, tanto sob a forma de alojamento como a compra de caçadas, que podem implicar, consoante as espécies, somas consideráveis.

Quanto aos grandes proprietários que os recebem, há uns que até gostam de entreter os hóspedes, mas outros nem tanto... Falta-lhes a paciência para as pessoas da cidade que confundem veados com lebres e cujos filhos nunca viram galinhas vivas ou borregos aos saltos. E que dizem que o fiambre vem do supermercado. Mas para os visitantes é uma experiência única e fascinante, que, por enquanto, se limita a alguns fins-de-semana por ano. Ao contrário dos países do norte da Europa, onde as férias “no campo” ou “na montanha” são um hábito instituído, em Portugal apenas um grupo muito reduzido descobriu ou deu valor a esta alternativa às praias. Por outro lado, já se verifica no concelho de Avis algum investimento por parte de pessoas de Lisboa em montes e casas de fim-de-semana recuperados para esse fim, por exemplo na antiga herdade dos *Covões*, que foi dividida em parcelas e que agora é denominada por graça entre os avisenses como a “cidade-satélite”, e povoada sazonalmente por políticos sonantes e estrelas da televisão e do futebol.

“António Campos – Há uma pequena e média burguesia lisboeta a instalar-se em meio rural. Talvez os filhos de alguns desses se instalem com uma outra mentalidade. Com iniciativa de uso da terra, e não de posse da terra”⁶².

⁶¹ Francisco Martins Ramos define a caça como “afirmação da masculinidade rural”. Na sua qualidade de “desporto favorito”, esta actividade proporciona rituais de sociabilidade no Alentejo e “ainda concede estatuto”: “A organização das batidas obedece a regras e rituais próprios que vão da escolha das ‘portas’, ao jantar convívio e ao leilão das peças abatidas. Falar, discutir e analisar os sucessos e insucessos cinegéticos ocupa muito tempo dos caçadores vila-velhenses, estreita laços de amizade e alarga a rede da sociabilidade”, *op. cit.*, pp. 113, 116.

⁶² Entrevista ao Euro-Deputado do PS, e membro do gabinete de António Barreto em 1977, S. João do Estoril, 26/9/1998.

No entanto, esta tendência é diferente da que se verificou no século XIX quando os “barões”, industriais enriquecidos, compraram herdades no Alentejo e se dedicaram à agricultura como meio de promoção social, transpondo para as terras o seu dinamismo empresarial e adquirindo prestígio local e nacional com isso⁶³. Depois dos antigos rendeiros que passaram à condição de proprietários e continuam a ser agricultores activos como os seus pais tinham sido, quem compra agora terras no Alentejo quer sobretudo ter um *monte*, de preferência com alguma à terra à volta para actividades de recreio e espaço para uma piscina, alguns cavalos, ou mesmo pistas de aviação para não terem de enfrentar as estradas com trânsito. Estes novos proprietários querem apenas abandonar temporariamente as suas vidas urbanas poluídas e *stressantes* em nome de uma certa “qualidade de vida”. Quando para lá vão geralmente isolam-se e não vão sequer às vilas e aldeias mais próximas (que de qualquer modo têm o comércio fechado ao sábado à tarde e ao domingo), não participando de todo em quaisquer actividades sociais ou culturais que eventualmente se realizem. Não conhecem as populações e a sua existência não contribui para nenhum aspecto positivo da vida económica ou política do concelho. Pelo contrário: provocam uma inflação descabida dos preços do solo, fenómeno que é ampliado com a proximidade da barragem do Maranhão⁶⁴.

O comportamento destes turistas acaba por ser semelhante ao dos filhos dos grandes proprietários pertencentes às elites tradicionais do concelho. Mesmo que os pais sejam até agricultores activos, inevitavelmente os jovens acabam por ter de ir estudar para fora, quase sem excepção para Lisboa, onde criam outras redes de sociabilidade e eventualmente seguem percursos académicos e profissionais que os afastam da administração directa das terras da família. Apenas alguns frequentam a Escola Agrícola de Alter do Chão ou foram para Évora.

⁶³ Esta tendência foi descrita nos diversos trabalhos de Hélder Fonseca, especialmente no artigo escrito com Rui Santos – “Três séculos de mudanças...”, *op. cit.* Ver também Immanuel Wallerstein, que escreveu: “por alguna razón y en determinado momento de su vida, el burgués parece renunciar tanto a su estilo cultural como a su rol sociopolítico en favor de un rol ‘aristocrático’, que desde el siglo XIX no ha sido necesariamente el de la aristocracia nobiliaria, sino simplemente de la riqueza antigua. Tradicionalmente, el simbolo formal de este fenómeno ha sido la adquisición de propiedades agrarias, hecho que marca el paso del burgués propietario de fábricas y urbano al noble terrateniente y rural”, “La burguesía: concepto y realidad”, in Immanuel Wallerstein e Etienne Balibar – *Raza, Nación y Clase*, Iepala, Madrid, 1991, p. 215. Também no Brasil este fenómeno se verificou: “outro incentivo à acumulação fundiária representado pelo valor ostentatório da condição de afazendado. Isto é o que explica a ânsia pela posse de uma fazenda – tão extensa quanto possível – por parte de todos os endinheirados brasileiros (...) que têm na terra o objecto preferencial de investimento por êste atributo de nobreza que não alcançariam comprando um açougue ou ações de uma empresa qualquer. Esta competição gera uma supervalorização artificial da propriedade da terra como bem de raiz e como mero seguro contra a deterioração da moeda. A êste proprietário ostentatório, cujo negócio é outro que não a agricultura, se soma o fazendeiro de estilo arcaico que vive exclusivamente da terra, mas dela espera tirar todo o proveito possível sem nada inverter. (...) o sistema funciona como um repositório de parasitas...”, Darcy Ribeiro – *As Américas e a Civilização*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, p. 282.

⁶⁴ António Ferreira chamou a isto a “comercialização da *rural life*”, *op. cit.* O autor desenvolveu ainda diversas questões legislativas relacionadas com o Turismo em Espaço Rural e respectivos programas comunitários.

A grande preocupação presente manifestada pelos respectivos pais e avós é no sentido da criação de laços e factores de atracção para os seus descendentes, uma característica de continuidade com as gerações mais antigas, que encaravam com orgulho, mas também com apreensão, os estudos dos filhos por estes os afastarem da agricultura⁶⁵.

“– E os filhos, têm algum interesse na agricultura, ou já vão seguir outras carreiras?

F. V. Couceiro – O mais velho desse meu irmão mais velho tem interesse e esse, em princípio, daqui a poucos anos vem para cá.

– E acha que ele fica cá a viver?

F. V. Couceiro – Fica. Gosta do campo. Já o meu, por exemplo, tem 18 anos e foge daqui como o diabo da cruz.

– E esse tem interesse em tirar outra profissão?

F. V. Couceiro – Sim. Isto é uma questão de gosto. Há pessoas que se dão aqui. A mim, por exemplo, se me mandarem para Lisboa matam-me. Para aquele barulho... E há outras pessoas que gostam do barulho, que gostam do movimento e dessas coisas todas. Nós encaminhamos para as distrações do campo: o andar a cavalo, o ir à caça. Os desportos daqui, uma mota de água para irem à barragem de Avis. Arranjar-lhes aqui algumas distrações. Alguns gostam, e outros não gostam, é natural, preferem ir para as *boites*. Nós estamos muito chegados aqui. Vivemos aqui, passamos aqui todos os fins-de-semana, as férias do Natal e da Páscoa, a minha mãe vive aqui. Vamos 15 dias à praia, mas todo o resto do tempo passamos aqui. Alguns ganham gosto por isto. O meu filho ainda conhece as extremas da herdade, sabe o que são vacas. Se calhar os filhos dele, quando ele viver toda a vida em Lisboa e não gostar de vir aqui, esses já não vão saber o que é isso. E nessa altura começa a ser difícil manter-se esta estrutura”.

Grande parte dos jovens destas famílias passa realmente parte das férias nas suas herdades, onde praticam os desportos mais adequados ao grupo social em que estão inseridos: equitação, alta escola e tauromaquia, alguns pertencem a grupos de forcados, quase todos possuem *jet-skis*, *quads*, fazem *moto-cross*, passeios de *jeep* em preparação para *raids* de *todo-o-terreno*, caçam..., ao contrário dos seus pais que, “no seu tempo”, nem à caça podiam ir porque tinham as herdades ocupadas... Mas não dispensam as “outras” férias no Algarve de Verão e nos Alpes para os desportos de Inverno.

“Dr. Pedro de Carvalho – Os meus filhos, um é professor na Católica, de Gestão, o outro é Eng. Agrónomo, Florestal, o outro entrou para Agronomia.

– Quer dizer que a geração mais nova também tem gosto pela agricultura?

Dr. Pedro de Carvalho – Todos e tem mesmo de ser.

– Portanto, as propriedades vão continuar na mesma família?

Dr. Pedro de Carvalho – Vai ser dividida por 2. A gestão tem de ser alterada: vai haver mais floresta, mais aproveitamento do meio ambiente”.

“– A nova geração terá interesse na agricultura?

⁶⁵ Maria Antónia Almeida – *Família e Poder...*, p. 156.

LMGC – Eu julgo que sim. Se tudo correr bem, o meu filho é bom aluno, vai tirar um mestrado aos Estados Unidos em Gestão e depois vem para cá. A vida dele está aqui, tem a máquina montada, não pode parar. Isto é uma máquina computadorizada. Tenho contabilistas, tenho tudo informatizado. Todos os homens preenchem papéis, quem não preencher não recebe. (...) Eu não concebo um país sem agricultura própria. E quem produz somos nós. Há que produzir intensivamente. Com pivots. Eu tenho de estar optimista, isto é a minha vida.

– Quer dizer que ainda há possibilidades de se viver bem com a agricultura?

LMGC – Sim, para quem investir. A agricultura alentejana vai ter que dar a volta. Se não fechamos as portas”.

E depois há toda a carga simbólica que está a ser recuperada com as festas de anos, casamentos e baptizados, os almoços das caçadas e outros ritos de sociabilidade que voltaram a poder desenrolar-se normalmente, depois do intervalo “traumático” da Reforma Agrária e dos primeiros anos que lhes seguiram. Por exemplo, o bisneto mais velho do último grande proprietário que foi presidente da câmara de Avis celebrou os seus 18 anos com uma festa no monte da herdade mais pequena da família, mas que tinha sido a casa do patriarca que também tinha sido presidente da câmara nos finais do século XIX. Isto em detrimento dos montes de outras herdades que a família também possui e mesmo das casas da vila, as quais constituíram durante todo o século XX uma afirmação do poder económico e político das elites locais, mas que depois do 25 de Abril se tornaram autêntico território “inimigo”. As actividades económicas deste grupo já não estão centralizadas na vila de Avis, as políticas são irrelevantes e as de lazer definitivamente não passam por lá. Para residência urbana têm as de Lisboa ou Cascais e os laços que lhes importa reforçar são os que têm com a terra, o que tornou o centro histórico da vila um deserto de casas apalaçadas com dimensões enormes, mas que se encontram praticamente abandonadas. A sua simples existência, contudo, permanece um marco da presença destas famílias na história das vilas e aldeias do concelho. E faz parte do património histórico que necessita ser preservado, segundo o discurso recente das autarquias, que finalmente começaram a interessar-se pelos aspectos culturais como forma de atractivo ao investimento exterior e à promoção turística.

Por uma questão de suprir as necessidades básicas da população e em relação directa com a ideologia e os resultados eleitorais do concelho de Avis, durante décadas os investimentos realizados pela câmara municipal de Avis foram dirigidos para a construção de equipamentos sociais para os habitantes do concelho, como os já descritos pavilhão gimno-desportivo e piscinas municipais, ou em infraestruturas para um turismo que gera muito poucos resultados económicos, como foi o caso do parque de campismo, cujos frequentadores

geralmente têm baixo poder económico para consumir e contribuir significativamente para desenvolver o comércio local. Nos últimos anos notou-se, porém, a preocupação de melhorar a qualidade dos serviços fornecidos aos visitantes, como por exemplo a promoção de festivais gastronómicos, festivais de folclore e feiras medievais (nos quais as elites tradicionais não participam), e o ainda incipiente levantamento do património arquitectónico do concelho iniciado pelo recém-formado Gabinete Técnico Local da câmara municipal. Os resultados ainda estão longe de serem visíveis, ao mesmo tempo que continua a degradação do edifício do Convento de S. Bento de Avis e do Convento das Maltesas, este último na posse do Ministério da Justiça que aí pretende instalar um tribunal, enquanto a câmara tem o projecto de usá-lo para os serviços culturais e instalação do arquivo histórico. Alguns avisenses consideram que seria o edifício ideal para uma pousada, pois localiza-se no principal largo da vila, junto à Igreja, e está integrado no conjunto de muralhas, com excelente vista.

Este novo discurso inclui também a promoção do património paisagístico do concelho, no qual a barragem do Maranhão é uma peça fundamental para actividades desportivas como o remo, o *ski* náutico e os concursos de pesca, além do património gastronómico e ainda o megalítico. Por todo o concelho abundam os *dólmens* e *menires*, para os quais se publicou um guia em folheto distribuído pelo posto de turismo. Como nota de curiosidade, não só o posto está fechado aos fins-de-semana, como o acesso aos *menires* é praticamente impossível: quem os procura não os encontra e muitos deles estão dentro de herdades vedadas e sem estradas ou caminhos de acesso. Estas são apenas algumas entre as muitas incongruências de um concelho que vai morrendo aos poucos e onde as possibilidades de revitalização existem, mas não são de todo activadas, o que não deixa de constituir motivo de discussões animadas em todos os encontros culturais e colóquios promovidos pela própria câmara ou pelas associações existentes. E confirmam as palavras do Deputado Malato Correia, do PSD, que em 1986 afirmava:

“O norte alentejano tem condições mais do que suficientes para poder ombrear com os restantes distritos portugueses. A sua localização fronteiriça possibilita a entrada de 20% dos estrangeiros que actualmente se deslocam a Portugal, possui condições privilegiadas para a exploração do turismo durante os doze meses do ano, é sede de um património histórico, cultural e arquitectónico importante, de um artesanato bem expressivo, de que sobressaem as tapeçarias de Portalegre, de projecção mundial, um sector agro-pecuário de grande potencialidade, um sector industrial que se distribui fundamentalmente por Elvas, Avis,

Campo Maior, Ponte de Sor e principalmente Portalegre (...) o distrito de Portalegre tem de tudo, mas esse tudo é, afinal, quase nada em função do que se pode e deve ter”⁶⁶.

⁶⁶ *Diário da Assembleia da República*, nº 65, 7/5/1986, p. 2414.